SOCIALISMO LIBERTÁRIO

REVISTA DA COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA - N.4 - SETEMBRO 2020

CAPITALISMO, ESTADO, LUTA DE CLASSES E VIOLÊNCIA

SUMÁRIO

EDITORIAL

Este quarto número da revista Socialismo Libertário discute analiticamente o sistema capitalista-estatista e suas distintas formas de dominação e violência. Como nas outras edições, ele apresenta alguns acúmulos que tivemos, como Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), durante o último período. Os três textos aqui apresentados incorporam-se em nossas linhas teórica, ideológica e estratégica.

"Capitalismo, Estado, Luta de Classes e Violência" avança na construção de um ferramental teórico-metodológico para analisar a realidade. Nosso objetivo nesse texto é explicar, em geral, o que compreendemos por capitalismo, Estado, luta de classes e violência, e, em particular, como a dominação de classe se articula com a dominação nacional (colonialismo/imperialismo), a dominação étnico-racial (racismo) e a dominação de gênero (patriarcado).

"Racismo e Dominação Colonial", além de discutir esses dois conceitos centrais, os aplica historicamente, tanto em sua relação com o capitalismo, como em sua expressão no Brasil. Passando pelos conceitos de genocídio e etnocídio, e fazendo uma dura crítica do eurocentrismo, esse texto apresenta inúmeros dados para uma compreensão do racismo brasileiro, assim como a relação entre raça/etnia e classe que existe em nossa formação social.

"Gênero e Violência do Estado" aprofunda o debate sobre como o patriarcado funciona estruturalmente em nossa sociedade, e a maneira que ele se perpetua cotidianamente. O texto destaca as inúmeras formas de violência a que são submetidas as mulheres e a população LGBTQ+, inclusive aquelas perpetradas direta ou indiretamente pelo Estado.

Enfatizamos muito claramente a necessidade de nosso anarquismo incorporar, além de uma perspectiva classista, posições abertamente antirracistas e antissexistas, buscando o combate das dominações em todas as suas expressões.

Arriba l@s que luchan! Lutar, criar, poder popular!
Rumo à organização nacional!

Coordenação Anarquista Brasileira
Setembro de 2020

CAPITALISMO, ESTADO, LUTA DE CLASSES E VIOLÊNCIA

Coordenação Anarquista Brasileira

Como sustentamos num outro momento, "os anarquistas, clássicos e/ou contemporâneos, defendem propostas distintas no campo do método de análise e da teoria social", e "isso não os faz mais ou menos anarquistas". Entretanto, colocamos também que sustentar essa posição não significa "fazer tábula rasa dos métodos e das teorias sociais e afirmar que todas as ferramentas teóricas para a compreensão da realidade sejam similarmente eficazes". Para nós, "alguns métodos

de análise e determinadas teorias sociais são mais adequados que outros para a compreensão da realidade". O que pretendemos agora, nesse texto, em resumo, é "avançar na construção desse ferramental teórico adequado para o nosso tempo e o nosso lugar". [CAB, "Distintas abordagens teóricas dos anarquistas"]

Queremos seguir nessa direção, discutindo elementos gerais de um quadro de referência, que permitam aprofundar a explicação de como concebemos esse ferramental teórico-metodológico para analisar a sociedade. Por ora, nosso objetivo é explicar o que compreendemos por capitalismo, Estado, luta de classes e violência, aspectos centrais de nossa sociedade, e como entendemos a relação entre eles, tomando como base as classes sociais e dominação de classe. Queremos, ainda, indicar como a dominação de classe se articula com a dominação nacional (colonialismo/imperialismo), a dominação étnico-racial (racismo) e a dominação de gênero (patriarcado). Reservaremos para um próximo momento o debate sobre a relação dessa questão com as especificidades de nossa formação social brasileira.

CAPITALISMO: SISTEMA DE DOMINAÇÃO

O conceito central para o entendimento desses temas é sistema de dominação. Quando falamos em capitalismo, em termos gerais, devemos concebê-lo como sistema de dominação capitalista, sistema capitalista, ou um todo histórico e dinâmico definido por relações de poder, que conta com uma determinada estrutura e envolve partes relacionadas entre si. Isso significa que, em termos analíticos, é necessário tanto estabelecer quais são essas partes e como se dão suas relações, quanto enfatizar que não é possível considerar essas partes independentes ou como algo que tem funcionamento próprio e completamente autônomo. Significa que, historicamente, na prática, essas partes e suas relações funcionam conjuntamente, mas que, em teoria, podemos separá-las para melhor compreendê-las.

Podemos definir sistema de dominação como o conjunto de mecanismos que se relacionam em uma determinada estrutura social. Esse sistema é o resultado do conflito entre forças sociais que interagem mutuamente e resultam em relações de poder; estas últimas formam tais mecanismos e explicam as relações entre eles. Esses mecanismos nada mais são que formas ou tipos de dominação. Num sistema de dominação, os mecanismos classistas de sua estrutura são essenciais. Para serem analisadas de modo adequado, as classes sociais devem ser definidas pelo conceito de dominação, sendo que consideramos a exploração um tipo de dominação, que não é único e nem determina todos os outros. Isso significa que as classes sociais não são um conceito puramente econômico, vinculado à exploração do trabalho, mas que se estabelecem na relação dessa exploração, fator certamente muito importante, com outros: a dominação político-burocrática, a coerção física e a dominação cultural-ideológica. [Errandonea, "Sociologia de la Dominación"]

Entretanto, num sistema de dominação, os mecanismos classistas de sua estrutura social não são os únicos. Essa estrutura também está composta por outros mecanismos, que envolvem outros tipos de dominação. De modo que podemos afirmar que há dominação nas relações de poder entre as classes, mas nem toda dominação é uma dominação de classe. Dominação pode ser, dominação de um Estado sobre outro, de brancos sobre negros, de homens sobre mulheres, de uma pessoa sobre outra etc. Num sistema de dominação, em geral, os mecanismos classistas relacionam-se com outros, não necessariamente classistas; tais mecanismos determinam e reforçam uns aos outros, dando esse caráter estrutural do sistema.

Historicamente, os diferentes sistemas de dominação variaram em termos de seus mecanismos e da formação de suas estruturas sociais. Em

diferentes contextos, produziram distintas formas de dominação e articularam essas formas de modo particular. Conformaram diferentes classes sociais, as relacionaram de diversas maneiras, reforçaram mais ou menos outros tipos de dominação e as articularam com a dominação de classe de modos distintos.

No caso do capitalismo, que conceituamos como um sistema histórico de dominação, podemos dizer que ele certamente teve uma grande relevância das relações econômicas, mas não podemos concebê-lo – ao menos quando tratamos da sociedade em geral, dos aspectos sociais da vida – apenas como sistema econômico. Conforme aprofundaremos adiante, o sistema capitalista vem articulando em si, junto a seus relevantes aspectos econômicos, aqueles de ordem política-jurídica-militar e de ordem cultural-ideológica. [FAU/FAG, "Wellington Gallarza e Malvina Tavares"] E mais: aqueles de ordem nacional, de raça-etnia e de gênero, os quais vem sendo imprescindíveis para sua continuidade como sistema. [CAB, "Toda Mulher Negra é um Quilombo!"] O capitalismo tem produzido conjuntos de classes dominantes e classes dominadas que se relacionam entre si de modo mais particular ou geral em termos de luta de classes. Tem, ao mesmo tempo, estabelecido uma certa relação dessa dominação de classe com o colonialismo/imperialismo, o racismo e o patriarcado.

DOMINAÇÃO: TIPO HISTÓRICO DE PODER

Como estamos falando bastante de dominação, é importante especificar como definimos esse conceito. Como escrevemos num outro momento:

> A dominação é um tipo de poder, que caracterizamos como um poder autoritário, contra o qual temos nos mobilizado historicamente. A dominação é uma relação de poder hierárquica que pode se institucionalizar com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Ela explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não se possa reduzir dominação à dominação de classe. [CAB, "Nossa Concepção de Poder Popular"]

As sociedades históricas em geral, e o sistema capitalista em particular, possuem sua centralidade nas relações de dominação. Dominação é, portanto, um tipo histórico de poder: "Concebemos o poder como uma relação social estabelecida a partir do enfrentamento entre diversas forças sociais, quando uma ou mais forças se impõem às outras." O poder existe em todas as sociedades e a dominação é o tipo de poder mais comum nas sociedades históricas, inclusive no sistema capitalista. O poder constitui-se quando uma capacidade de realização transforma-se em força social e essa força se impõe no jogo de forças. A dominação constitui-se quando esse modelo de poder apresenta as características acima descritas. [CAB, "Nossa Concepção de Poder Popular"]

Mas, se por um lado as relações de dominação foram e continuam sendo as mais comuns nas sociedades, por outro lado, ao tomarmos

como base as relações sociais forjadas por outras culturas e mesmo diversas experiências revolucionárias levadas a cabo, várias delas com protagonismo dos anarquistas, podemos dizer que outras relações foram e são possíveis. Nosso projeto de um poder autogestionário e fede-

ralista, o qual temos chamamos de "poder popular", é um contraponto a esse modelo de poder dominador.

DOMINAÇÃO DE CLASSE: EXPLORAÇÃO, COERÇÃO FÍSICA, DOMINAÇÃO POLÍTICO-BUROCRÁTICA, DOMINAÇÃO CULTURAL-IDEOLÓGICA

As relações de dominação se expressam nas várias esferas da sociedade, como mecanismos estruturais, como tipos de dominação. Quando falamos em dominação de classe, podemos falar em quatro tipos de dominação que, em termos sociais, são profundamente influentes na formação das classes e no estabelecimento da luta de classes.

Na esfera econômica, o tipo de dominação mais comum é a exploração: a apropriação dos excedentes do trabalho dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção; aqui, uma minoria detém os meios de produção e uma maioria está a ela subordinada. Na esfera política-jurídica-

-militar, os tipos de dominação mais comuns são, de um lado, a coerção física: a imposição de força por meio da violência, e, de outro, a dominação político-burocrática: o monopólio das decisões que afetam a sociedade; aqui, uma minoria detém os meios de coerção e controle e uma maioria está a ela subordinada. Na esfera cultural-ideológica, o tipo de dominação mais comum dominação cultural-ideológica: o monopólio na elaboração e na difusão de ideias, informações, concepções de mundo; aqui, uma minoria detém os meios de produção e difusão do conhecimento e uma maioria está a ela subordinada. [CAB, "Nossa Concepção de Poder Popular"]

Em termos históricos, cada sociedade articula esses tipos de dominação de modo distinto. Não raro, entretanto, proprietários dos meios de produção, dos meios de coerção e controle, dos meios de produção e difusão do conhecimento são os mesmos nas três esferas ou então articulam seus interesses para a continuidade das relações sistêmicas de dominação. Mas um elemento constante é que esses tipos de dominação estão sempre articulados, relacionados; eles dependem uns dos outros, de modo que a economia capitalista não se mantém e não se desenvolve, em termos políticos, sem a força e as políticas de Estado e sem um alicerce cultural e ideológico que garanta sua legitimidade.

CLASSES E LUTA DE CLASSES

Dessas formas de dominação derivam nossa concepção de classes sociais e de luta de classes. Como falamos, para nós, as classes sociais são definidas a partir do conceito de dominação e envolvem tanto economia quanto política e cultura; proporcionam, deste modo, uma estratificação social que evidencia distintos privilégios. [Malatesta, "Programa Anarquista"; Corrêa, "Epistemologia, Método de Análise e Teoria Social em Malatesta"]

Na esfera econômica, a propriedade dos meios de produção, incluindo a terra, de distribuição e do capital; na esfera política, a propriedade dos meios de administração, de controle e de coerção; na esfera cultural, a propriedade dos meios de produção e difusão do conhecimento. Em linhas gerais, os privilégios econômicos implicam exploração do trabalho, os privilégios políticos implicam co-

erção física e dominação político-burocrática e os privilégios culturais implicam alienação cultural.

Assim, podemos falar que a luta de classes se manifesta de duas maneiras diferentes. Por um lado, nas relações sociais (conflitos) particulares entre diferentes pessoas em função de sua posição na estrutura social: trabalhadores X patrões, camponeses X latifundiários etc. No entanto, sua manifestação mais importante envolve as relações sociais (conflitos) gerais, formadas por dois amplos conjuntos de dominadores e dominados: classes dominantes (ou opressoras, privilegiadas, superiores etc.) e classes dominadas (ou oprimidas, despossuídas, subalternas etc.). [Bakunin, "Federalismo, Socialismo e Antiteologismo"] Algumas vezes nos referimos a esses conjuntos no singular: "classe dominante", "classe trabalhadora" etc., mas sempre nesse sentido.

Essa definição de classes sociais extrapola a posição que as pessoas ocupam na estrutura social e envolvem também seus interesses e posições assumidas no conflito de classes. Não se trata da centralidade (ou suposta centralidade) que esses agrupamentos têm num momento histórico determinado e nem da perspectiva (ou suposta perspectiva) de sua evolução futura, mas os interesses de classe e o papel desempenhado por essas classes no processo de luta de classes geral. Assim, concebemos a luta de classes como esse conflito permanente, que tem por fundamento a contradição de posição das pessoas na estrutura social, mas que é potencializada por sua consciência e suas ações.

Como colocamos antes, no sistema de dominação capitalista, a estrutura de classes é parte essencial. Classes que se definem em função do conceito de dominação e a partir das relações sociais nas esferas econômica, política-jurídica-militar e cultural-ideológica. No capitalismo, classes sociais historicamente significativas foram e são, dentre as classes dominantes: os proprietários da terra (nobreza, depois latifundiários), os proprietários dos meios de trabalho como indústrias, tecnologia etc., do capital financeiro e dos meios de comércio (burguesia industrial, financeira, comercial – industriais, banqueiros, grandes comerciantes); os proprietários dos meios de administração, coerção e controle do Estado (burocracia, ou seja, conjunto de políticos, juízes, militares de alta patente etc.); os proprietários dos meios de produção e difusão do conhecimento (clero, lideranças religiosas, gestores do Estado, grandes empresários nas áreas de educação e grande imprensa, mundo acadêmico capitalista etc.). Dentre as classes dominadas temos: trabalhadores assalariados das cidades (proletariado urbano), trabalhadores assalariados dos campos (proletariado rural), rendeiros e pequenos proprietários de terras (campesinato) e aqueles excluídos das relações de trabalho e marcados pela pobreza (marginalizados, desempregados, miseráveis etc.). [Malatesta, "Ideologia Anarquista"; Corrêa, "Teoria Bakuniniana do Estado"]

As classes dominantes, além de explorarem economicamente, frequentemente também têm condições para intervir determinantemente nas decisões de Estado, de produzir e difundir conhecimento. As classes dominadas, além de serem exploradas economicamente, também estão desprovidas de condições para intervir de fato nas decisões de Estado, de produzir e difundir conhecimento. Essas últimas, em geral, não apenas têm seu trabalho indevidamente apropriado por patrões, latifundiários etc., mas são ainda governadas por políticos, julgadas por juízes, reprimidas e mortas por policiais e/ou militares, cujas posições/funções favorecem o sistema capitalista; são consumidoras de ideias, informações e concepções de mundo que interessam às classes dominantes capitalistas.

Portanto, é possível sustentar que, no capitalismo, a luta de classes pode ser interpretada de modo particular (proletariado urbano X burgue-

sia industrial, campesinato X latifundiários etc.) ou de modo geral, como um conflito entre dois grupos de classes contraditórios: classes dominantes (latifundiários, burgueses, burocratas e produtores/difusores de conhecimento capitalistas) e classes dominadas (trabalhadores da cidade e do campo, camponeses e marginalizados).

CAPITALISMO, ESTADO E INSTRUMENTOS DE DOMINAÇÃO CULTURAL-IDEOLÓGICA

Ao discutir os conceitos de capitalismo e Estado, assim como a relação entre ambos, é necessário especificar se o capitalismo é conceituado em termos gerais e sistêmicos – como fizemos acima, ao tratar de sistema de dominação – ou se o abordamos de modo particular – como elemento exclusivamente econômico de um sistema mais amplo, como economia capitalista, em que a forma mais comum de dominação é a exploração do trabalho. Nesse sentido geral, podemos dizer que o sistema capitalista tem no Estado um de seus elementos estruturais essenciais, ou seja, o Estado é uma das partes do sistema de dominação capitalista. Entretanto, nesse sentido particular, podemos dizer que o capitalismo (economia capitalista) é, assim como o Estado, uma das partes estruturais desse sistema de dominação; assim entendido, o capitalismo está indissociavelmente relacionado ao Estado.

Nesse sentido particular, exclusivamente econômico, o capitalismo – ou, mais precisamente, a economia capitalista –, em função da propriedade privada dos meios de produção, produz em seu seio classes contraditórias: patrões (proprietários, detentores dos meios de produção) e assalariados (trabalhadores que nada possuem, senão sua força de trabalho, a qual vendem no mercado em troca de um salário); estes últimos, por receberem menos do que produzem, são trabalhadores explorados. Parte da produção gerada por sua força de trabalho não lhes é paga, mas apropriada indevidamente pelos patrões, cujo foco principal é a obtenção de lucro. Desigualdade social, pobreza, desemprego são algumas consequências dessas relações sociais. [FARJ, "Anarquismo Social e Organização"]

Contudo, essa relação mais comum entre burguês e proletário em sentido restrito, seja na cidade ou no campo, não é a única no capitalismo. Em geral, outras relações econômicas convivem com ela, variando conforme o contexto. Com alguma frequência, preservam-se relações pré-capitalistas entre latifundiários e camponeses; e, em determinados casos, inclusive, o trabalho escravo. Com alguma frequência, também, os capitalistas financeiros e comerciais adquirem destacado papel entre as classes dominantes, assim como os desempregados e marginalizados entre as classes dominadas.

O Estado é o elemento político-jurídico-militar central do sistema de dominação capitalista; ele pode ser definido como um instrumento político de dominação de classe, que possui natureza dominadora, caráter de classe e função de garantir a dominação de classe. Internamente (dentro do próprio país), o principal objetivo do Estado é a garantia da ordem, ou seja, a manutenção da

dominação de classe. Suas formas mais comuns de dominação são a coerção física e a dominação político-burocrática. Violência, prisões, assassinatos e falta de participação política são algumas consequências dessas relações sociais. A dominação nacional, externa (relação internacional entre Estados) também comum, será discutida mais adiante.

Em termos políticos, o Estado, em função da propriedade dos meios de coerção e controle, cria ele mesmo uma classe social, a burocracia, e impõe à sociedade uma cisão entre burocratas (gestores do Estado: políticos, juízes, militares de alta patente etc.) e governados (todos aqueles que vivem num determinado território e que estão submetidos às regras de um Estado nacional). Os burocratas são responsáveis pela elaboração das regras de funcionamento da sociedade ("legislativo"), das soluções/mediações de conflitos ("judiciário") e das execuções de regras e deliberações ("executivo"); para tanto, a ameaça do uso da violência e a violência em si são meios fundamentais e permanentes. Os governados são todos aqueles que vivem as consequências desse monopólio de classe do poder político. [Bakunin, "Estatismo e Anarquia"]

Por fim, como instrumentos culturais e ideológicos de dominação de classe, também fundamentais no sistema de dominação capitalista, estão as diferentes instituições que, historicamente, vêm contribuindo para a legitimação desse sistema. Religião, educação, mídia/imprensa são instrumentos desse tipo; elaboram e difundem – a depender do contexto, articuladas ou separadas – ideias, informações e concepções de mundo que são indispensáveis para o funcionamento normal do sistema capitalista. [Malatesta, "A Anarquia"]

Seu mecanismo mais comum de dominação é a dominação cultural-ideológica. Desinformação, alienação cultural, posições em contradição com seus próprios interesses são algumas consequências dessas relações sociais. A cisão imposta à sociedade em função da propriedade dos meios produção e difusão do conhecimento é aquela que põe, de um lado, as pessoas em condições de elaborar e disseminar massivamente o conhecimento, e, de outro, todos os outros que não têm condições de produzir conhecimento e que apenas consomem aquilo que é elaborado e disseminado por outros.

Como falamos, quando tratamos de sistema de dominação não podemos conceber esses mecanismos – exploração, coerção física, dominação político-burocrática, dominação cultural-ideológica, todos os quais relativos às respectivas esferas econômica, política-jurídica-militar e cultural-ideológica – como partes autônomas ou independentes. Ou seja, esses três elementos – economia capitalista, Estado e Religião e/ou educação e/ou mídia/imprensa – estão, em geral, articulados numa relação de dependência e influência mútuas, na qual cada parte é imprescindível para a existência da outra e para o funcionamento sistêmico. [Malatesta, "Programa Anarquista" e "Ideologia Anarquista"; Errandonea, "Sociologia de la Dominación"]

De modo bastante sintético, podemos dizer que, distintamente do que afirmam liberais e marxistas, não há economia capitalista sem Estado e não há Estado sem economia capitalista; e que ambos não são possíveis sem uma legitimação cultural-ideológica. Historicamente, são muitos os exemplos nesse sentido. Foi a economia capitalista que fez, em inúmeros casos, os Estados nacionais e os instrumentos culturais-ideológicos

funcionarem como meros promotores dos interesses capitalistas. Foi o Estado que proporcionou as condições para a acumulação primitiva capitalista, para o estabelecimento da propriedade privada e sua garantia. Foi também o Estado que pautou a produção e a difusão do conhecimento em muitas circunstâncias. Foram as religiões, os sistemas educativos (estatais ou privados) e as mídias/imprensas (também estatais ou privadas) que garantiram a legitimidade da economia capitalista e do Estado, sendo considerados imutáveis, aceitáveis ou mesmos justos.

Em cada contexto particular, essas partes sistêmicas interagiram de modo distinto, com suas peculiaridades históricas. Mas sem que, para isso, tenham de prescindir umas das outras.

LEGITIMIDADE E VIOLÊNCIA

Parece agora importante responder: Por que o sistema capitalista continua a funcionar, tendo em vista que a quantidade de pessoas das classes oprimidas é muito maior que a das classes privilegiadas? Tal continuidade é, normalmente, garantida de duas maneiras: pela legitimidade e pela violência (coerção física).

Em geral, para conseguir se manter, uma relação de dominação precisa ser legítima aos olhos dos dominados e da maior parte da sociedade. Isso ocorre quando há, por parte dos dominados, algum nível de vontade de obediência, juntamente com certo nível de "consenso" estabelecido cultural e/ou ideologicamente entre a totalidade das pessoas. Essa legitimidade existe quando as pessoas creem que as coisas "são assim mesmo", ou ainda, quando elas acreditam que tal sistema é aceitável ou justo. [Malatesta, "A Anarquia"] Para isso, contam a satisfação daquelas necessidades que são percebidas como mínimas e as possibilidades de realização das aspirações.

Todas as partes do sistema de dominação capitalista contribuem com essa legitimação, na medida em que produzem e difundem ideias, informações, concepções de mundo que, como formas de conhecimento, fazem a maioria das pessoas crer nessa imutabilidade, aceitabilidade ou justiça. São responsáveis por essa produção e difusão as empresas capitalistas, o Estado, as religiões hegemônicas, a educação privada ou estatal, a mídia/imprensa alinhada ao sistema. A maioria dos sistemas de dominação de longa duração contou com essa legitimidade, produzida pelas classes dominantes e difundida por meio das culturas e ideologias hegemônicas.

Contudo, vale falar que essa legitimidade não funciona sempre. Quando o consenso é rompido, há outros mecanismos que terminam por ajustar os não convencidos ao modus operandi do sistema. Em primeiro lugar, aqueles que vão desde o medo da demissão e do desemprego, até o receio de descumprir leis, regras, de ser processado, de passar um constrangimento frente a outras pessoas. Em segundo, aqueles que se apoiam na violência, na coerção física. Podemos dizer que é comum que parte considerável dos problemas de ajuste ao sistema seja solucionada apenas com a ameaça de utilização da violência: o medo de ser preso, ferido, morto etc. são, em tais casos, determinantes. Mas quando esses mecanismos não são suficientes, entra em cena utilização real da violência, no sentido

de uso intencional da força bruta e consequente ruptura de integridade da vítima. Nesses casos, pessoas ou grupos/coletivos com condutas prejudiciais ao sistema são reprimidos, e seus protagonistas retirados de circulação temporária ou definitivamente. Mesmo que, em termos gerais, a violência não seja uma exclusividade do Estado, podemos dizer que, no capitalismo, ela é exercida principalmente pelo Estado, em função do monopólio que ele possui dos meios de coerção; trata-se do recurso político que, em última instância, garante a dominação sistêmica. [Malatesta, "Anarquismo y Violencia"]

Mas, se por um lado a violência é eficaz no sentido de garantir a ordem e manter a estrutura do sistema de dominação em funcionamento, por outro lado ela é desgastante e tem certos custos para essa mesma estrutura sistêmica. Nenhum sistema consegue se manter exclusiva e permanentemente apoiado na violência. Historicamente, os sistemas de dominação mais duradouros foram aqueles que tiveram grande legitimação e que a violência permaneceu como último recurso, a ser utilizado nos momentos de crise de legitimidade.

CLASSE, COLONIALISMO/IMPERIALISMO, RACISMO E PATRIARCADO

Como já falamos, a dominação de classe, mesmo que seja essencial no sistema capitalista, não é a única forma de dominação existente e nem aquela que subordina todas as outras. Discutiremos agora três outras formas de dominação – dominação nacional (colonialismo/imperialismo), dominação étnico-racial (racismo), dominação de gênero (patriarcado) – e sua relação com a dominação de classe. Para nós, as classes sociais estão indissociavelmente ligadas às questões nacionais, étnico-raciais e de gênero. [GT de Gênero CAB, "A Importância da Defesa Pessoal para Mulheres"]

Entender o sistema capitalista, suas relações sociais de classe, e cada um desses tipos de dominação, implica um conhecimento da totalidade dessa estrutura. O sistema de dominação capitalista não pode ser devidamente entendido sem que seja relacionado com o colonialismo/imperialismo, com o racismo e o patriarcado, pois esses são, também, elementos determinantes em sua estruturação. [Lucy Parsons, "Freedom, Equality & Solidarity"]

Poderíamos começar dizendo que a dominação nacional é uma dominação entre países, que a dominação étnico-racial é uma dominação entre raças-etnias, que a dominação de gênero é uma dominação entre gêneros. Mas, assim conceituados, esses tipos de dominação estariam incompletos, especialmente pela falta de relação com a dominação de classe. Todos os membros de um país colonialista/imperialista não usufruem da mesma maneira dos privilégios da dominação nacional. Todos os brancos e homens de sociedades racistas e patriarcais não usufruem da mesma maneira dos privilégios da dominação étnico-racial e de gênero. Ao relacionarmos essas três formas de dominação com a dominação de classe, podemos não somente explicitar esse vínculo, mas ainda conceituá-las de modo mais preciso.

A dominação nacional define-se, então, como uma relação em que as classes dominantes de um país dominam todas as classes de outro. Ela decorre das relações internacionais entre os Estados, estabelecidas a partir da necessidade permanente de aumento de força para responder ao dilema do "conquistar ou ser conquistado". Historicamente, na formação do sistema capitalista, o modo mais comum disso acontecer foi o das classes dominantes dos países europeus centrais subordinarem, em processos coloniais e imperialistas, todas as classes de países periféricos do mundo. Em termos de dominação de classe, os efeitos desse processo são diferentes nos países dominadores e naqueles dominados. As classes oprimidas dos países dominantes podem ter alguns benefícios indiretos dessa relação; nos países dominados, certamente as classes opressoras sofrem menos que as classes oprimidas. [Van der Walt, "Revolução Mundial"]

A dominação étnico-racial define-se, então, como uma relação em que uma raça-etnia domina outra. Historicamente, o modo mais comum disso acontecer foi a de brancos submeterem negros, índios e outras raças-etnias, dando forma ao supremacismo branco. De maneira geral,

todos os brancos se beneficiam dessa relação, e todos os não brancos (negros, indígenas etc.) sofrem suas consequências. Mas, a depender de sua classe social, isso se dá de maneira distinta. Para negros, indígenas e não brancos em geral, quanto mais baixa a posição na estrutura de classe, maiores são os efeitos da dominação; quanto mais alta a posição na estrutura de classe, menores são os efeitos da dominação. Para brancos, quanto mais baixa a posição na estrutura de classe, menores são os benefícios da dominação; quanto mais alta a posição na estrutura de classe, maiores são os benefícios da dominação. Por isso, negros da classe dominante podem também ser vítimas do racismo, do preconceito e da discriminação racial, mas as consequências disso são menos devastadoras do que aquelas que incidem sobre os negros da classe trabalhadora. [Van der Walt, "Racisme et Lutte de Classe"]

A dominação de gênero define-se, então, como uma relação em que um gênero domina outro. Historicamente, o modo mais comum disso acontecer foi a de homens submeterem mulheres forjando o patriarcado, no qual a violência de gênero foi e é prática comum. [GT de Gênero CAB, "A Importância da Defesa Pessoal para Mulheres"; ORL, "Pontes entre o Anarquismo e o Feminismo"] De maneira geral, todos os homens se beneficiam dessa relação, e todas as mulheres sofrem suas consequências. Mas, a depender de sua classe social, isso se dá de maneira distinta. Para as mulheres, quanto mais baixa a posição na estrutura de classe, maiores são os efeitos da dominação; quanto mais alta a posição na estrutura de classe, menores são os efeitos da dominação. Para os homens, quanto mais baixa a posição na estrutura de classe, menores são os benefícios da dominação; quanto mais alta a posição na estrutura de classe, maiores são os benefícios da dominação. Por isso, mulheres da classe dominante podem também ser vítimas do patriarcado, do machismo, mas as consequências disso são menos devastadoras do que aquelas que incidem sobre as mulheres da classe trabalhadora. [Lucy Parsons, "Freedom, Equality & Solidarity"]

Mais recentemente, têm sido cada vez mais comuns, como parte do patriarcado, as dominações de gênero que envolvem identidade de gênero, contrapondo pessoas que têm uma identidade entre seu sexo e seu gênero (cisgêneros) e aquelas que não têm

(transexuais/transgêneros), assim como aquelas que envolvem sexualidade, contrapondo pessoas que tem atração afetivo-sexual pelo sexo oposto (heterossexual), pelo mesmo sexo (homossexual) e pelos dois (bissexual). Cisgêneros e heterossexuais são dominantes em tais relações; de qualquer forma, assim como acontece na relação homem-mulher, os efeitos e benefícios dessas relações têm bastante influência da dominação de classe. É muito diferente ser homossexual, bissexual, transexual ou transgênero nas classes dominantes e dominadas. [FAR, "Apontamentos Feministas na Perspectiva do Anarquismo Organizado"; CAB-N/NE, "Mãos Dadas e Punhos Cerrados Contra a Transfobia!"]

Os aspectos econômicos, políticos-jurídicos--militares e culturais-ideológicos do sistema capitalista têm incidência distinta, a depender do país de origem, da raça-etnia e do gênero das pessoas em questão. Os países periféricos, os negros/indígenas e as mulheres são centrais para a dominação sistêmica e estrutural do capitalismo. São recursos fundamentais para a superexploração capitalista e para as submissões nas decisões políticas e na produção e difusão do conhecimento. As periferias mundiais são preferencialmente vítimas da guerra; em muitos países, os negros são alvo preferencial do genocídio, do aprisionamento e da repressão de Estado.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

Para finalizar, podemos dizer, resumidamente, que o capitalismo pode ser conceituado de duas maneiras distintas; como sistema de dominação capitalista e como economia capitalista. No primeiro caso, ele é o resultado das relações de poder existentes em uma estrutura social determinada, as quais envolvem formas de dominação articuladas, classistas e não classistas. No segundo caso, ele compreende a exploração do trabalho (assalariado, mas não apenas) e explica-se pela propriedade privada dos meios de produção, de distribuição e do capital. O Estado é parte essencial do sistema capitalista e instrumento político de classe; seus gestores, a burocracia, possuem a propriedade dos meios de coerção e controle. Externamente, ele protagoniza a dominação nacional, e, internamente, a dominação político-burocrática e a coerção física (violência). A luta de classes é um conflito social central no sistema de dominação capitalista. Ela se expressa, de modo particular, entre duas classes antagônicas, ou de modo geral, entre um conjunto de classes opressoras e outro de classes oprimidas. A violência é uma ferramenta central do sistema capitalista; por meio do Estado, ela constitui o último recurso para manter o funcionamento desse sistema.

Derivam desse nosso quadro de referência uma série de implicações finalistas e estratégicas que estão expostas com maior profundidade em outros textos.

Em termos de objetivos finalistas, podemos dizer que nosso projeto caracteriza-se pela imposição de uma relação de poder por parte das classes oprimidas às classes dominantes, substituindo a propriedade privada, o Estado e a alienação cultural pela socialização da propriedade, o autogoverno democrático e uma nova cultura autogestionária. Eis o que compreendemos por uma revo-

lução social que implanta o socialismo libertário. É a substituição de um sistema de dominação por outro, de autogestão e federalismo; a substituição da dominação em todas suas formas pela autogestão e o federalismo aplicados a todas as esferas da sociedade. [CAB, "Objetivos Finalistas"]

Como mostramos, essa transformação sistêmica e estrutural exige não somente o fim da dominação de classe, mas de todas as formas de dominação, dentre as quais estão o colonialismo/imperialismo, o racismo e o patriarcado. Trata-se, portanto, de uma transformação sistêmica e estrutural, em que a dominação é substituída pela autogestão e pelo federalismo; o capitalismo e o Estado são abolidos e as classes sociais, assim como o colonialismo/imperialismo, o racismo e o patriarcado não existem mais.

Em termos estratégicos, podemos dizer que nosso projeto de poder popular, autogestionário e federalista, é classista. Ou seja, prevê que os sujeitos que devem protagonizar essa revolução se encontram no campo das classes dominadas em geral. Não se trata, portanto, de dar exclusividade ao proletariado urbano e industrial, ao campesinato ou aos marginalizados. Devemos também entender que nossos inimigos de classe não são só os patrões, latifundiários, banqueiros etc.; também o são os burocratas do Estado e os proprietários dos meios de produção e difusão do conhecimento.

Ademais, quando entendemos o caráter sistêmico e estrutural do capitalismo, fica fácil de entender que não se transforma completamente esse sistema modificando somente uma dessas partes. Contrariando os marxistas e aquela que foi a maior experiência histórica nessa direção, consideramos que não há possibilidade de socialismo sem abolição do Estado. Uma sociedade que pretende acabar com o capitalismo e que não abole o Estado – como nos casos de "socialismo real" do século XX, em especial a Revolução Russa [CAZP/FARPA, "Revolução Russa"] –, não chega ao socialismo e muito menos à emancipação dos trabalhadores. Ela produz, em função da existência do Estado, uma nova classe dominante, a burocracia, que, preponderando em todas as esferas, continua a se impor aos assalariados, camponeses e marginalizados. Poderíamos dar muitos outros exemplos.

Finalmente, entendemos que o classismo nunca deve ser abandonado quando se trata das lutas contra o colonialismo/imperialismo, o racismo e o patriarcado. Nosso anticolonialismo/anti-imperialismo foi e deve ser sempre classista, de modo que, nas lutas de libertação nacional, as classes dominantes do país subjugado devem ser consideras inimigas e as classes oprimidas do país dominante devem ser consideradas aliadas em potencial. É isso que, entre outras coisas, marca nosso internacionalismo e nos distingue dos nacionalistas. Nosso antirracismo, nosso feminismo, nossa luta contra a homofobia e a transfobia também foram e devem sempre ser classistas, de maneira que vinculemos essas lutas a um projeto classista, sem subordiná-las à luta de classes, de modo a não priorizar a mobilidade individual e grupal/setorial nas estruturas de classe ("mais mulheres na gestão das empresas", "mais negros como políticos" etc.), mas a transformação social coletiva e classista.

RACISMO E DOMINAÇÃO COLONIAL

Coordenação Anarquista Brasileira

O capitalismo mundial globalizado tal qual se desenvolve hoje, e no qual nos localizamos em sua 'periferia', a América, é um produto da colonização. Entre as ciências humanas fundamenta-se a crítica, via estudos pós-coloniais e decoloniais, acerca da colonialidade do poder. Um dos pilares da colonização foi estabelecer a classificação social das pessoas através da lógica racial. [Quijano, "Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina"] A dominação colonial inaugura o racismo e dele se serve para justificar sua dominação, ou seja, a exploração e extinção de determinados povos em detrimento de outro.Porém este eixo perpetuou-se ao longo dos anos e segue presente no padrão de dominação mundial contemporâneo. Portanto, a ideia de raça nasceu de um contexto especifico (brancos classificando os "negros" e "índios" como tais), e a partir dos desdobramentos históricos se configurou como um dos eixos centrais do capitalismo, um elemento estrutural da sociedade.

O racismo é um termo amplo que abarca inúmeras violências de ocorrências distintas que se combinam em diversos contextos. A diferença racial, como mencionamos, tornou-se desigualdade em um longo processo histórico. O racismo ao desenvolver-se abertamente só pode resultar em genocídio. O genocídio é um processo histórico violento, portanto é um termo que carrega enorme peso. Quando se fala em genocídio, fala-se do processo sistemático de extermínio de um grupo específico.

O embranquecimento como estratégia do genocídio ocorre por dentro e por fora. O mito construído em torno da "democracia racial" brasileira que elogiava a miscigenação, mascara as reais intenções da política instituída até o governo Vargas: fazer com que a população de negros diminuísse à medida que aumentasse a porcentagem de mestiços, facilitando a imigração europeia com o objetivo de embranquecer a população. [Abdias, "O Genocídio do Negro Brasileiro"]

A violência cotidiana é a expressão máxima de um racismo instituído, mas além de sua manifestação física, fúnebre e sangrenta ela está também manifesta na cultura. Abdias Nascimento levanta também como uma das estratégias do genocídio o embranquecimento cultural dos negros, historicamente presente desde a catequização forçada até a proibição das expressões religiosas e culturais que traziam de suas regiões africanas, até a demonização de suas entidades cultuadas.

A antropologia traz um termo de distinção dessas redes que compõem o racismo, a ideia do etnocídio. Enquanto o genocídio visa eliminar as diferenças o etnocentrismo busca convertê-las. Logo, se o termo genocídio remete a questão racial, e a vontade exterminar por completo um grupo étnico-racial, o termo etnocídio não faz a referência para a destruição física dos homens,

é mercadoria, quer seja ele liberal ou privado, como na Europa do Oeste, ou dominado pelo Estado, como na Europa do Leste. A sociedade industrial é a mais formidável máquina de produção, e é também a mais assustadora máquina de destruição. Raças, sociedades, espaços, indivíduos, natureza, subsolo: tudo deve ser útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo, de uma produtividade levada ao máximo de intensidade. O que não é produtivo deve ser exterminado, não tem nenhum valor. [Clastres, "A Arqueologia da Violência"]

como o genocídio, e sim para a destruição de sua cultura. O etnocídio caracteriza a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento de pessoas diferentes daquelas que conduzem a empresa da destruição. A construção do Outro passa a representar uma diferença negativa, uma diferença a ser convertida para o seu bem. Esse argumento está presente mesmo hoje nos discursos que pretendem justificar a retirada de terras indígenas, por exemplo. O genocídio assassina os povos em seus corpos e o etnocídio os mata em seu espírito. Porém, o que diferencia a dominação étnico-racial promovida pela Europa dos demais conflitos históricos? É que estas questões se combinam ao modelo econômico de produção que se fortaleceu e desenvolveu ao redor do mundo.

O que contém a civilização ocidental, que a torna infinitamente mais etnocida que qualquer outra forma de sociedade? É o seu regime de produção econômica, o capitalismo enquanto sistema sócioeconômico para o qual tudo é recurso a ser utilizado, tudo

Assim, a Europa tornou-se o patamar a ser atingido, ela elevou sua própria moral ao máximo e tornou-se o padrão ao que se compara todas as sociedades, se autodenominou como civilização. Toda a contribuição acadêmica, das ciências sociais e humanas, para questionar o eurocentrismo, que constitui parte importante da organização social mundial, é forjada a partir dos próprios reflexos dessa estrutura e os respectivos processos de luta contra o colonialismo e neocolonialismo. E mesmo as grandiosas histórias de resistência dos povos foram ocultadas. Em qual livro escolar é possível ler sobre a bravura da nação zulu contra os ingleses? Sobre a resistência de séculos dos mapuche ou a vitória do Haiti sobre os franceses? Ou mesmo de seu papel central nas revoltas brasileiras? Tudo que lemos, mesmo quando o assunto é rebelar-se, centra a Europa. Os povos não ocidentais vivenciaram o apagamento de suas raízes, foram retirados de sua história e rebaixados à selvagens, tamanha é a violência filosófica sofrida pelos povos da América e África.

Pensando no Brasil hoje, ao analisar as estatísticas em relação ao povo negro nas diversas áreas de estudo, sejam econômicas, sociais, saúde, moradia etc., percebe-se nitidamente que a parcela negra da população (considerada pelo Censo como a soma das pessoas autodeclaradas negras e pardas) sofre com as mazelas em números assustadoramente desproporcionais em relação à composição racial do país. O genocídio fica ainda mais escancarado quando se analisa as políticas públicas que foram e são implementadas voltadas

à população negra. São aquelas que inexistem ou em sua maioria são ineficientes em reparar os séculos de prejuízo causados pela escravização. O pós abolição lançou a própria sorte a população negra, que não encontrava trabalho e nem podia praticar sua cultura.

Considerando que a população brasileira é formada por 55% de pessoas negras segundo números de 2016, é importante ressaltar que quando se fala em pobreza ou miséria no Brasil, fala-se do povo negro, já que 76% das pessoas empobrecidas, segundo dados do IBGE de 2014, são negras. Se não se entende que a cor das pessoas marginalizadas está diretamente ligada ao fato delas serem marginalizadas, o foco das análises e ações se perde e seus resultados podem não ser os esperados. O genocídio do povo negro foi construído sobre as políticas públicas de exclusão, barrando o acesso das pessoas negras à terra e ao mercado de trabalho, por exemplo.

Se a pobreza e a miséria brasileiras têm cor, quando se fala de projetos como a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização, por exemplo, apesar de afetar a população como um todo, o principal alvo são as pessoas negras que ocupam em maior parte os empregos precários. Também é o caso da reforma da previdência. Segundo dados de 2010, a expectativa de vida média no Brasil é de 72 anos, mas se fizermos um corte racial, os números ficam: homem branco 69 anos, mulheres brancas 71 anos, homens negros 62 anos e mulheres negras 66 anos. Se considerarmos a idade mínima de 65 anos para se aposentar do projeto de reforma, o povo negro vai morrer trabalhando.

Segundo dados do Atlas da Violência de 2017 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a cada 100 pessoas assassinadas no país, 71 são negras. Segundo o relatório, as pessoas negras possuem 23,5 mais chances de serem assassinadas do que não-negras, já descontando efeitos como idade, moradia, escolaridade e sexo. A CPI do Senado sobre o Assassinato de Jovens de 2016 revelou que um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos no Brasil.

O Atlas da Violência de 2018 retrata ainda que nos últimos dez anos, os números de assassinato caíram 8% entre as mulheres brancas e aumentaram 15,4% entre as negras. Mulheres negras encontram uma série de dificuldades em sua participação no movimento feminista por conta de suas especificidades e demandas acabarem historicamente invisibilizadas ou em segundo plano. Por isso é necessário alinhar, não somente classe e gênero, como também raça para uma militância responsável por parte de todas(os) as(os) revolucionárias(os). Porém, é preciso fazer aqui uma distinção. Enquanto grande parte daquelas que reivindicam o feminismo interseccional recaem em discursos típicos da socialdemocracia, não acreditamos no debate de opressões enquanto luta contra "privilégios", nem cremos no "empoderamento" individual, e sim que estes eixos fazem parte da forma como se estrutura a sociedade. O único empoderamento possível é construir o poder negro real, coletivo, no seio do movimento social em conjunto dos setores oprimidos: negros e negras, povos da floresta, camponeses, mulheres e trabalhadores em geral.

Todos os dados citados são evidencias numéricas da dor real do povo negro. Dor institucionalizada e executada pelo Estado. No Rio de Janeiro, onde hoje ocorre a guerra declarada a partir da intervenção militar, encontramos dados ainda mais absurdos e que evidenciam o papel ativo da polícia militar no extermínio da população negra. É o relativo aos autos de resistência, que hoje são chamados nos relatórios policiais de "homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial". Dados de 2017 indicaram que 9 em cada 10 pessoas mortas pela polícia no estado foram identificadas como negras. Somente em junho de

2018, houve 155 mortes decorrentes de operações policiais, um aumento de 59,8% em relação a junho do ano passado. Como se não fosse o bastante, um estudo de 2005 indicou que 99,2% dos casos de autos de resistência foram arquivados ou nunca chegaram à fase de denúncia.

A lista de casos de mortes envolvendo violência policial em favelas no Rio de Janeiro que chocaram o país é imensa. Como os jovens do Morro da Providência que foram entregues ao tráfico por policiais em 2008, Jonathan de 19 anos de Manguinhos em 2014, DG de 26 anos do Pavão-Pavãozinho em 2014, Amarildo da Rocinha em 2013, Cláudia de 38 anos arrastada pelas ruas de Madureira por uma viatura da PM em 2014, Eduardo de 10 anos do Alemão em 2015, Matheus de 19 anos morto na Rocinha, os 5 jovens de Costa Barros mortos com 111 tiros em 2015, Andreu do Cantagalo espancado até a morte numa unidade do Degase em 2008, Eduarda de 13 anos morta dentro de uma escola em Acari em 2017, a lista é interminável...

Também vemos o aval do Estado em relação às mortes que correm entre os indígenas, que até hoje estão em luta pelo seu território contra aqueles que hoje dominam a máquina estatal, os latifundiários e sua corja assassina da bancada ruralista. As mortes pelas mãos da milícia não acontecem apenas no contexto urbano, elas estão presentes também no campo e na floresta. O medo crescente pelo fortalecimento da extrema-direita brasileira nas eleições de 2018 trouxe a ilusão de que reafirmar candidaturas dos que financiam milícias fora de contexto urbano, por exemplo, pudesse expressar em uma visão dita "pragmática", uma forma de frear as forças facistóides. Ilusões vendidas que não acumulam em nada para real derrota do reacionarismo em voga. Assim o genocídio segue sua marcha fúnebre e tende a se aprofundar numa conjuntura em que o discurso de ódio ganha terreno. Igual é a ilusão dos candidatos, com base social e muitas vezes até ditos revolucionários, de que podem amenizar o genocídio fazendo parte da empresa que o comanda.

Enquanto anarquistas da Coordenação Anarquista Brasileira, devemos fundamentar uma crítica racial ao Estado e ao capital. O anarquismo não tem outra chance a não ser descolonizar-se para enfrentar as lutas e construir uma alternativa real junto ao povo preto. O Estado Nação e o capitalismo não se dissociam, e através deles não é possível a verdadeira transformação social, devemos destruí-los em todos seus eixos de dominação.

As condições dos descendentes de africanos escravizados e daqueles que sofreram sob o sistema colonial europeu é algo que tem sido ignorado pelos movimentos anarquistas majoritariamente brancos. Isto é um erro, tanto estratégico quanto político, que condenou o movimento anarquista a ser, muitas vezes, um projeto das classes médias brancas. Felizmente, os povos não-brancos autônomos que são simpáticos ao anarquismo têm falado e exigem serem ouvidos. África, Ásia e América Latina têm visto as pessoas não-brancas oprimidas saírem de seus "lugares" e exigirem autonomia: autonomia negra. [Kom'boa Ervin, "Nota à edição brasileira de 'Anarquismo e Revolução Negra'"]

Nesse sentido não nos serve o etapismo economicista e eurocêntrico de Marx, uma vez que este traz noções distorcidas para a realidade dos países colonizados e acaba por colocar a questão racial como secundária em relação à questão de classe. Nem os pós-modernos, em moda na Europa, que reduzem a política ao nível individual e apagam a luta de classes. Tampouco devemos nos deixar seduzir pelas teorias latinas que recaiam na socialdemocracia.

As diferenças socioculturais não podem mais ser secundarizadas como nos ensinaram os zapatistas. Para construir o mundo onde cabem muitos mundos, é preciso desde já se comprometer a uma teoria e uma prática, desde a base, verdadeiramente antirracista!

GÊNERO E VIOLÊNCIA DO ESTADO

GT de Gênero da CAB

A desigualdade de gênero é um fato construído historicamente, presente nas sociedades humanas em menor ou maior grau. Se estabelece por mecanismos como o exagero de características físicas e a transformação de diferenças culturais em diferenças naturais (“Homens são mais fortes e racionais”, “Mulheres são mais fracas e emocionais”), criando, assim, ordens opostas e verticais de comportamentos masculinos e femininos. Esse jogo binário legitima os padrões de masculinidades tóxicas e feminilidades submissas que criam as mais diversas formas de violência contra as mulheres, bem como em diferente medida contra homens que não correspondam a essas expectativas de masculinidades ou pessoas que almejam fugir de ambas ordens. A desigualdade de gênero é um dos elementos de dominação mais fortes e antigos que estruturam a ordem hierárquica de nossas sociedades. Ela divide e organiza nossos corpos para relações de mando/obediência que se associam a outros tipos de opressão.

As violências resultantes desse processo são mantidas por meio de estruturas materiais e simbólicas que buscam naturalizá-las e justificá-las. Os papéis que nos são impostos socialmente devem ser interpretados sob pena de punição; nessa lógica os homens exercem uma violência disciplinar sobre as mulheres. Assim, ao autor da violência nunca é atribuída a responsabilidade: “Ele bateu porque ela provocou”, “Estuprou para ela aprender a ser mulher”, “Matou porque

ela o traiu" e etc. E essa imposição do sujeito (o homem) sobre o objeto (a mulher) atravessa os diversos âmbitos de poder que constituem nossa sociedade, como o campo familiar, religioso, científico e político-institucional. Em muitas partes do mundo, desde a antiguidade, mulheres são excluídas do status de pessoas e, assim, do direito à dignidade. Atualmente, nas sociedades capitalistas, patriarcais, racistas e classistas que se espalham pelo globo, essas formas de violências são mantidas e atualizadas pelo Estado através de suas leis e instituições.

O estupro é pensado e utilizado como arma de guerra há séculos e atualmente continua sendo estratégia corretiva e coercitiva. A América Latina é, assim como outras sociedades colonizadas e estruturadas pela escravidão, marcada pelo estupro de mulheres nativas e trazidas pela diáspora, pelo sexismo e racismo que sustentam o capitalismo. Nós, mulheres e LGBTQ+, sobretudo racializadas/os e pobres, enfrentamos uma verdadeira guerra para sobreviver no cotidiano de ataques que é existir como negras/os, indígenas, periféricas/os e em tantos outros lugares de vulnerabilidade e marginalização.

Essas violências mantêm a exploração de nossas forças produtivas e reprodutivas, através do controle de nossa natalidade e sexualidade, trabalho doméstico não remunerado e/ou em condições precárias, privação do acesso à educação e ao patrimônio, assédios morais/sexuais no espaço doméstico, de trabalho e/ou estudo, além de torturas psicológicas e/ou física. Ou seja, tudo aquilo que nos impede de sermos compreendidas e respeitadas como seres humanos.

A VIOLÊNCIA DO ESTADO

O Estado é um sistema hegemônico de poder dentro da sociedade e busca ordená-la para assegurar sua própria existência através de aparelhos ideológicos (religioso, escolar, familiar, da informação, cultural etc.) e repressivos (governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisão etc.). A fim de fazer valer a vontade da classe dominante que usufrui do seu poder, de forma direta ou indireta, mantém as desigualdades de gênero como mais um mecanismo útil de dominação. Principalmente, levando em conta que os corpos que ocupam os locais de poder dentro do aparelho estatal são em sua maioria esmagadora masculinos e brancos.

Essa desigualdade de gênero é expressada pelo Estado principalmente por meio da violência institucional. Somos atingidas na prestação de serviços públicos essenciais para nossa sobrevivência, como saúde e segurança. Nos hospitais, delegacias e outros órgãos de assistência social, essas violências são perpetuadas por agentes que em teoria deveriam proteger mulheres e a população LGBTQ+, garantindo-lhes uma atenção humanizada, preventiva e também reparadora de danos. Contudo, nossas existências e reivindicações de direito são criminalizadas e violentadas pelo Estado e suas instituições de diversas maneiras.

Continuamos morrendo ou sendo presas por abortos clandestinos e inseguros! Ao longo da história, vimos o controle de nossa natalidade e sexualidade tomado de nós através da esterilização compulsória ou a negação da mesma, a falta de acesso a métodos contraceptivos seguros, as violências obstétricas, a inexistência de métodos e informações sobre saúde sexual para relações lésbicas, a falta de preparo de agentes de saúde que também atinge transexuais e travestis; bem como a desvalorização, o descrédito e a proibição de outros métodos tradicionais de cuidado praticados por rezadeiras, curandeiras, parteiras, Ialorixás (mães de santo), mulheres indígenas e camponesas. Práticas essas que, em vez de serem valorizadas, são criminalizadas pelo Estado ou roubadas por grandes empresas, como é o caso da utilização de ervas e remédios naturais. Substituídas pela frieza, rispidez, falta de atenção e todo tipo de negligências motivadas por discriminações, que abrangem as questões de raça, gênero, sexualidade, classe, idade, regionalismo, capacitismo etc.

Com as instituições jurídicas / de segurança não é muito diferente. É comum que

as vítimas de agressões físicas e violência sexual sejam submetidas a um processo duplamente violento na procura de atendimento, não sendo ouvidas ou tendo de passar pelo constrangimento de contarem seu relato diversas vezes e terem sua narrativa desacreditada. A falta de mais instituições especializadas para atendimento de mulheres e de LGBTQ+ e a falta de cuidado dos agentes que trabalham nelas resultam na não procura de assistência por parte das vítimas, que já temem a possibilidade de humilhações, maus tratos e ineficiência dos órgãos estatais.

No caso das violências sexuais, lidamos com critérios absurdos e exames invasivos, ficando sujeitas ao julgamento de serem "vítimas ideais" (brancas, mães, recatadas, heterossexuais) ou "vítimas duvidosas" (mulheres racializadas, com a "roupa errada", prostitutas, LGBTQ+ , população em situação de rua). Nos casos de violência doméstica, agressões e ameaças físicas e/ou psicológicas, há uma série de negligências policiais, a demora no atendimento dos chamados, a "visão" de que são problemas familiares que se resolvem por si só, entre outras coisas que fazem com que o socorro só chegue tarde demais, nos tornando, assim, vítimas de feminicídios e crimes de ódio - que, na maioria das vezes, nem são reconhecidos como tais.

Outro mecanismo de violência estatal é o encarceramento das mulheres negras, pobres e periféricas. Para além das semelhanças com o encarceramento masculino (excesso de prisões provisórias, superlotação, ausência de vagas em regimes mais benéficos e julgamentos injustos, deficiência na assistência à saúde, alimentação e necessidades básicas), traz questões distintas como o controle e/ou bloqueio de visitas íntimas, retirada da(o) filha(o) logo após seu nascimento, risco maior de assédio e abusos sexuais, privação de produtos básicos de higiene como absorventes etc. Além disso, mulheres encarceradas de maneira geral recebem menos visitas e assistência de cônjuges e familiares, lidando com o peso do estigma da criminalidade somado aos estigmas de gênero. A instituição prisional, entre outras coisas, também torna as visitas um processo humilhante para mulheres, fazendo-as passar por revistas vexatórias e se constituindo como um ambiente hostil a sexualidades dissidentes.

Enfrentamos também a violência da miséria que nos desumaniza e mata de fome quando o Estado toma nossos territórios, casas, pertences, e destrói nossos recursos naturais. Nossos direitos, conquistados por tantos anos de suor e sangue, não são respeitados e nós acompanhamos cada vez mais suas retiradas. Em muitos locais, ainda não temos acesso à educação, à saúde, à moradia digna, à água e luz. E se tratando da pobreza e restrição a recursos, as mulheres são a parte da população mais atingida. Trabalhamos mais e recebemos menos, as travestis e transexuais têm péssimas ou nenhuma possibilidade de emprego formal, nos tornamos mães cada vez mais cedo e quase sempre assumimos sozinhas as crianças. Não conseguimos creches e outras assistências necessárias, sofremos a violência e o assassinato dos nossos filhos e filhas nas periferias, somos chefes de família e perdemos o sono para plantar, colher e colocar comida na mesa. No caso de mulheres indígenas, quilombolas e camponesas, os conflitos referentes ao território e aos recursos naturais são ainda mais críticos. No Brasil, historicamente, o Estado recusa-se à reforma agrária e à demarcação de terras, beneficiando em larga escala o agronegócio e a exploração

praticada por megaempresas, desrespeitando terras de povos tradicionais e comprometendo suas existências materiais e simbólicas.

ANARQUISMO E RESISTÊNCIA ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNEROS

O anarquismo se constrói, historicamente, em oposição a toda hierarquia, dominações e poderes autoritários. Reconhecemos a urgência do combate de todas as opressões. As desigualdades de gênero e raciais não são apenas pontuais ou meros apêndices de exploração de classe/econômica, elas são estruturais e retroalimentam a ordem capitalista de maneiras próprias; o Estado violenta especificamente corpos sexualizados e racializados. E a revolução social que almejamos a longo prazo, construção do poder popular e de outra sociedade, só será possível se a destruição das desigualdades de gênero também for nossa bandeira de luta.

As mulheres e a população LGBTQ+ lidam diariamente com violência e assédio por parte de conhecidos, desconhecidos e do Estado em seus variados desdobramentos, sendo negligenciadas, desrespeitadas e assassinadas por conta de seus lugares sociais. As desigualdades existem no espaço doméstico, no trabalho, na rua, na escola, em tantas outras situações, inclusive nos ambientes de militância. É fundamental que as organizações e movimentos libertários repensem seus espaços e a perpetuação dessas desigualdades, desde a organização e divisão de tarefas à importância dada a determinadas temáticas, estratégias para lidar com os casos internos de violência e etc. É fundamental que os militantes estudem e reconheçam seus privilégios a fim de desconstruir as atitudes machistas, racistas e lgbtqfóbicas que fazem parte de nossas socializações.

Nossos corpos sempre foram territórios de disputas. Muitos são os exemplos de como a violência ceifa a vida das nossas. Não esquecemos do corpo de Claudia Silva Ferreira, mulher preta, periférica e mãe, arrastada pela polícia no asfalto por 350 metros. Não esquecemos de Luana Barbosa Santos, mulher preta, periférica, lésbica e mãe, espancada e morta pela polícia principalmente por não performar feminilidade. Não esquecemos Marielle Franco, mulher preta, lésbica, liderança, vítima de um assassinato escancaradamente político. Não esquecemos da travesti morta a facadas por quatro homens que gritavam por "Bolsonaro" que, assim como tantas outras travestis e transsexuais, não têm nem nome nas reportagens. Não esquecemos de tantas mulheres indígenas, expulsas de suas terras e mortas por violências que são físicas, psicológicas e espirituais. wA luta contra a desigualdade de gênero e violências cometidas pelo Estado contra os corpos marcados por ela é uma bandeira nossa. Um movimento anarquista que busca emancipação e poder popular tem de ser muito além de um movimento pelo fim das classes sociais; ele tem que ser também um movimento antirracista e antissexista.

Pela queda do Estado, do Patriarcado,
do Capitalismo e da Supremacia Branca!

Construir um povo forte,
construir mulheres fortes!

Pelas debaixo, com as debaixo!

WWW.CABANARQUISTA.ORG